

1 ASPECTOS GERAIS

Este texto tem como objetivo apresentar e discutir as informações recentes sobre a conjuntura laboral brasileira até o segundo trimestre de 2024. Para isso, foram realizadas diversas tabulações de indicadores a partir de duas fontes de dados de abrangência nacional: i) a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgada trimestralmente; e ii) o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), divulgado mensalmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Os recortes temporais adotados para os indicadores de mercado de trabalho variam de acordo com as características de suas trajetórias e sua relevância para a identificação de fenômenos no mercado de trabalho brasileiro. De modo a evitar influências sazonais, foram priorizadas as comparações interanuais (isto é, em relação ao mesmo período do ano anterior) para os indicadores analisados ao longo das seções.

O texto está organizado em seis seções, incluindo esta introdução. Na seção dois, são apresentadas informações sobre variações nos indicadores de ocupação e participação da força de trabalho no Brasil. Na seção três, são analisados os dados de desocupação no agregado nacional e em diversos recortes populacionais, além de outras informações, como subocupação por insuficiência de horas e desocupação por desalento. Na seção quatro, a discussão se volta para o nível setorial, em que são examinadas as condições de ocupação nos principais setores de atividade da economia brasileira. Na seção cinco, são fornecidos dados sobre o rendimento médio do trabalho no país, o que abrange domicílios, setores e características populacionais, além de variações na massa de rendimentos nacional. Por fim, na seção seis, seguem algumas considerações sobre as principais questões discutidas.

2 VARIAÇÕES NA OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

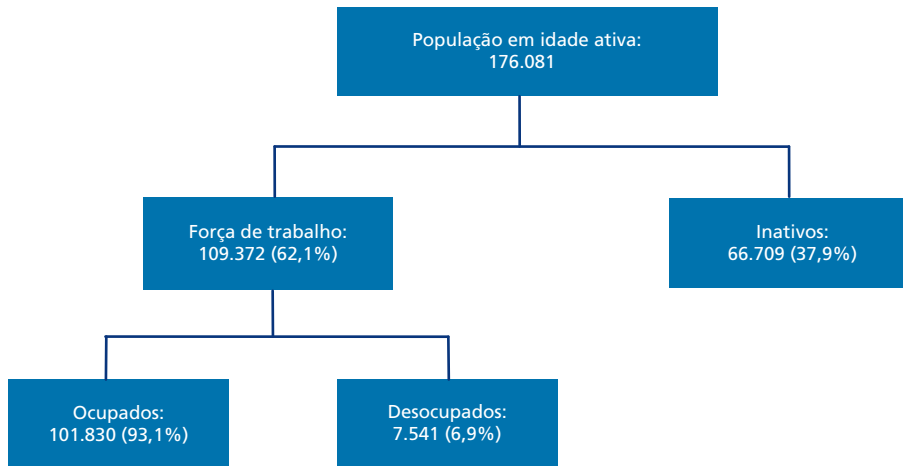
As pesquisas sobre o mercado de trabalho no Brasil geralmente focam duas áreas principais de análise, as quais são resumidas adiante.

- 1) A categoria dos ocupados, sob diversas dimensões, como formalização, posição na ocupação, distribuição setorial, rendimentos, exigências de qualificações, acesso a direitos, entre outros.
- 2) A categoria dos desocupados, na qual são abordados os fatores condicionantes do desemprego, o perfil dos indivíduos nessa situação e os problemas socioeconômicos decorrentes da desocupação.

Nesta seção, esses elementos são discutidos com referência ao segundo trimestre de 2024, cujos principais agregados estão sintetizados na figura 1.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt78/analisedomercado>

FIGURA 1

Dimensão das categorias analíticas do mercado de trabalho – Brasil (2º trim. 2024)

Fonte: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 1º set. 2024.

Elaboração dos autores.

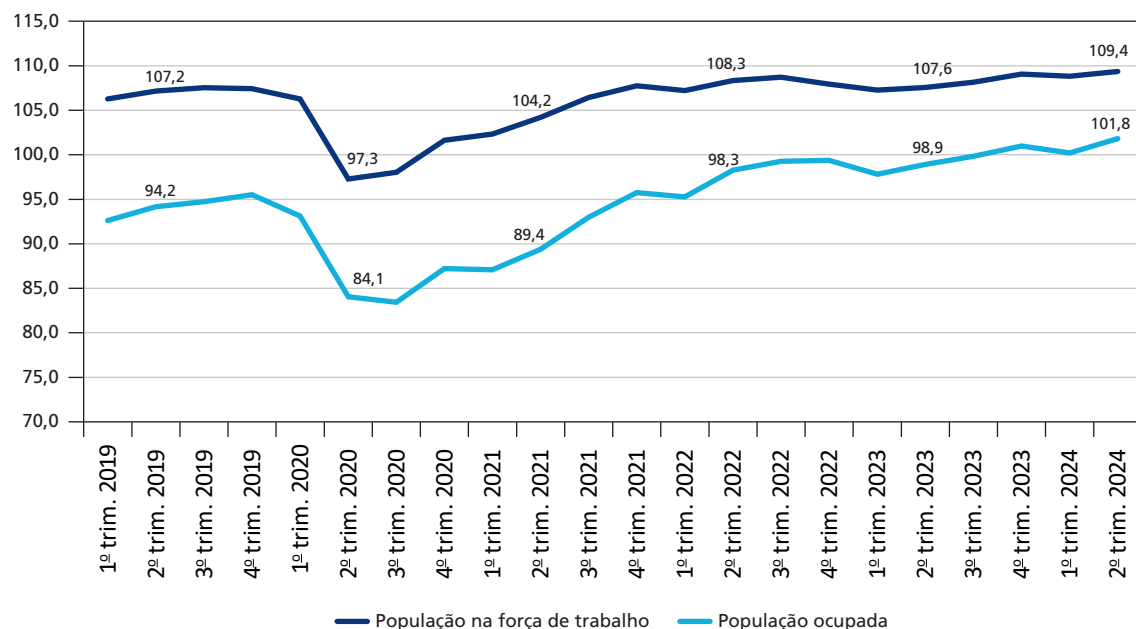
De acordo com as estatísticas da PNAD Contínua, o mercado de trabalho brasileiro apresentou um ótimo desempenho no segundo trimestre de 2024. A força de trabalho² totalizou 109,4 milhões de pessoas, um aumento de 1,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. A população ocupada, principal componente da análise estrutural do mercado de trabalho, alcançou 101,8 milhões de trabalhadores, representando um crescimento de 3,0% em relação ao ano anterior, o que corresponde a 2,9 milhões de novos ocupados no país. Ambos os indicadores – tanto da força de trabalho quanto da população ocupada – são os maiores já registrados na série histórica da PNAD Contínua, iniciada em 2012.

O gráfico 1 ilustra a evolução desses dois agregados nacionais (médias trimestrais da força de trabalho e da população ocupada). Quanto mais próximas estão as curvas, menor é o número de trabalhadores desocupados. Desde 2022, observa-se uma aproximação gradual entre as duas curvas, indicando redução da desocupação na força de trabalho.

2. Total de pessoas acima de 14 anos que estão empregadas ou procurando emprego, isto é, a população economicamente ativa (PEA).

GRÁFICO 1

Força de trabalho e população ocupada no mercado de trabalho (1º trim. 2019-2º trim. 2024)
(Em 1 milhão)



Fonte: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 1º set. 2024.

Elaboração dos autores.

O desempenho da força de trabalho e da população ocupada ganha perspectiva ao ser comparado com a evolução da população em idade ativa (PIA).³ No segundo trimestre de 2024, a PIA totalizou 176,1 milhões de pessoas – um aumento de 0,8% em relação ao mesmo período de 2023 –, embora esse crescimento tenha sido mais lento do que o observado na população ocupada e na força de trabalho.

Como a taxa de participação no mercado de trabalho é a razão entre a força de trabalho (PEA) e a população em idade para trabalhar (PIA), o ritmo mais lento de crescimento da PIA em relação à PEA resultou em um aumento de 0,5 ponto percentual (p.p.) na taxa de participação no segundo trimestre de 2024, comparado ao mesmo trimestre do ano anterior. O gráfico 2 ilustra a evolução dessa taxa entre 2019 e 2024. Após uma queda no segundo semestre de 2022, os dados recentes apontam para uma estabilização em torno de 62,0%, em que a taxa alcança 62,1% no segundo trimestre de 2024.

O nível atual, porém, ainda está abaixo da média pré-pandemia,⁴ que era de cerca de 63,6%. Isso indica que um número significativo de indivíduos permanece inativo, ou seja,

3. Na PNAD Contínua, a PIA compreende o conjunto de todas as pessoas teoricamente aptas a exercer uma atividade econômica, entre 14 e 60 anos.

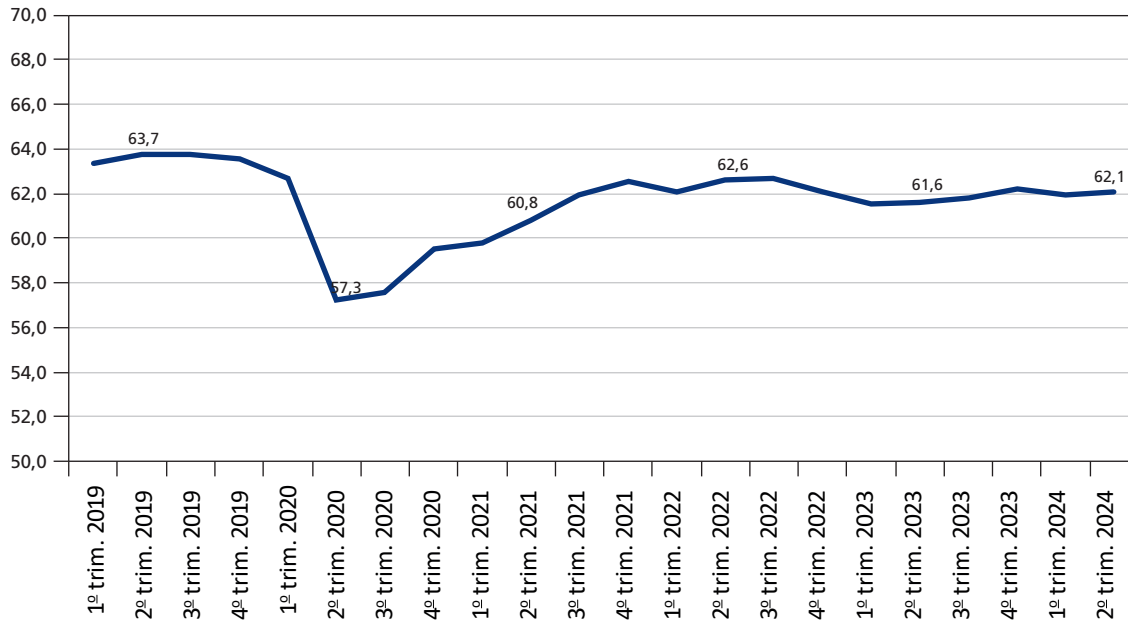
4. Para compreensão mais aprofundada da evolução recente da taxa de participação no Brasil, em especial da queda ocorrida durante a pandemia e a recuperação subsequente, ver Foguel, Fernandes e Padilha (2024), na seção de notas técnicas desta mesma publicação.

fora da força de trabalho, o que totaliza aproximadamente 66,7 milhões no segundo trimestre de 2024. Contudo, em relação ao mesmo período de 2023, houve uma redução de 0,5% no número de inativos.

GRÁFICO 2

Taxa de participação da força de trabalho (1º trim. 2019-2º trim. 2024)

(Em %)



Fonte: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 1º set. 2024.

Elaboração dos autores.

Para uma análise da ocupação por vínculo empregatício, a tabela 1 desagrega os dados por condição na ocupação, apresentando tanto o número absoluto de trabalhadores quanto o percentual de cada categoria na composição total e a variação interanual dos dados. A tabela abrange os segundos trimestres de 2019 a 2023, além do primeiro e do segundo trimestre de 2024, o que permite uma análise das tendências recentes.

Nota-se que o crescimento da população ocupada no segundo trimestre de 2024 foi expressivo em todas as categorias, sendo mais acentuado entre os assalariados com carteira assinada, que cresceram 4,0% na comparação anual – um ritmo superior à própria variação da população ocupada (2,9%). Esse grupo representa mais da metade do total de ocupados, e sua participação aumentou levemente de 47,9% no segundo trimestre de 2023 para 48,3% no segundo trimestre de 2024. Esses dados indicam melhora no mercado de trabalho, embora o nível de formalização ainda não tenha atingido os patamares observados em períodos de maior dinamismo.⁵

5. Entre 2012 e 2016, a participação relativa média dos trabalhadores assalariados com carteira era de 51,5% pelos dados da PNAD Contínua.

TABELA 1
População ocupada por posição na ocupação: valores absolutos, participação no total e taxas de variação interanual (2º trim. 2019-2º trim. 2024)

	Assalariados (com carteira)	Assalariados (sem carteira)	Conta própria	Empregador	Total
Valores absolutos de pessoas (1 milhão)					
2º trim. 2019	45,1	20,9	23,9	4,3	94,2
2º trim. 2020	42,4	16,5	21,3	3,9	84,1
2º trim. 2021	42,7	18,3	24,6	3,7	89,4
2º trim. 2022	46,4	21,9	25,7	4,2	98,3
2º trim. 2023	47,4	22,2	25,2	4,2	98,9
1º trim. 2024	48,6	22,1	25,4	4,1	100,2
2º trim. 2024	49,2	22,8	25,5	4,3	101,8
Participação no total (%)					
2º trim. 2019	47,9	22,2	25,3	4,6	100,0
2º trim. 2020	50,4	19,6	25,4	4,6	100,0
2º trim. 2021	47,7	20,5	27,6	4,2	100,0
2º trim. 2022	47,2	22,3	26,2	4,3	100,0
2º trim. 2023	47,9	22,4	25,5	4,2	100,0
1º trim. 2024	48,5	22,1	25,4	4,1	100,0
2º trim. 2024	48,3	22,4	25,1	4,2	100,0
Taxa de variação interanual (%)					
2º trim. 2019	1,5	4,1	5,3	0,5	-
2º trim. 2020	-6,1	-21,1	-10,6	-9,8	-
2º trim. 2021	0,7	11,5	15,4	-4,3	-
2º trim. 2022	8,7	19,6	4,3	13,9	-
2º trim. 2023	2,1	1,0	-1,9	-1,6	-
1º trim. 2024	2,9	3,9	0,8	-0,7	-
2º trim. 2024	4,0	2,7	1,3	3,0	-

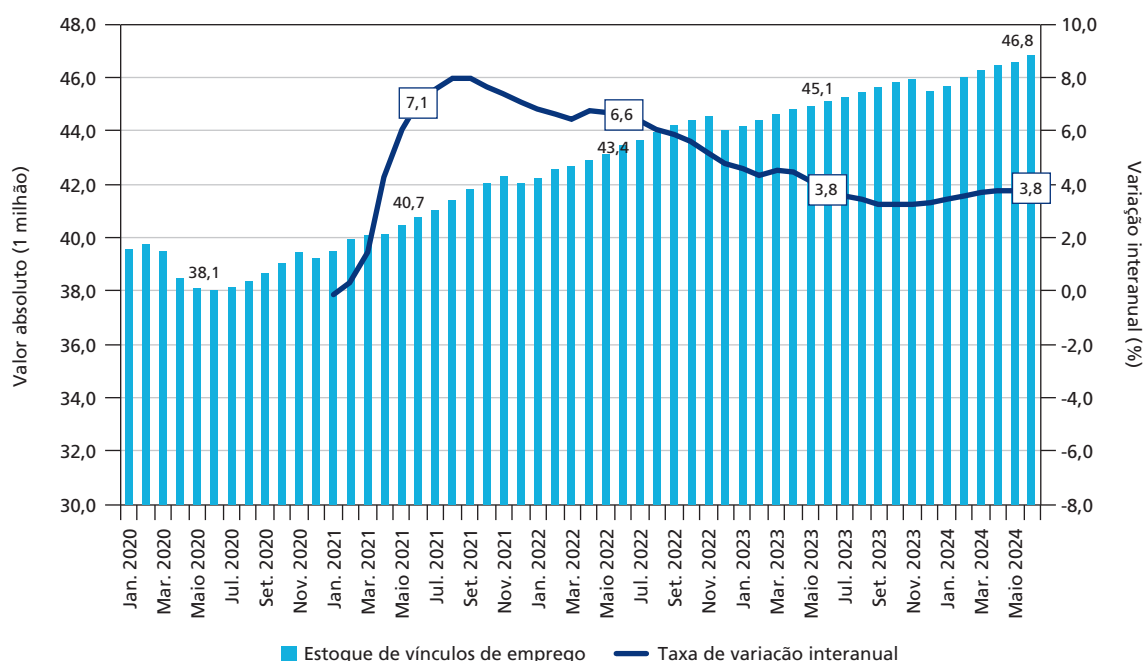
Fonte: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 1º set. 2024.
Elaboração dos autores.

Os dados do Novo Caged também confirmam um cenário de crescimento da ocupação formal no Brasil. De acordo com o levantamento do MTE, em junho de 2024, no acumulado de doze meses, a economia brasileira criou aproximadamente 1,7 milhão de empregos com carteira assinada. Isso tem impulsionado o número de trabalhadores formais, que atingiu 46,8 milhões em junho de 2024, o que representa um crescimento de 3,8% em relação ao ano anterior, conforme demonstrado no gráfico 3.⁶

6. Para um retrato mais detalhado do mercado de trabalho, por meio do exame da evolução das transições entre diferentes posições na ocupação dos indivíduos, ver Lameiras, Fernandes e Padilha (2024).

GRÁFICO 3

Novo Caged: estoque de empregos formais – médias móveis trimestrais (jan. 2020-jun. 2024)



Fonte: MTE. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/novo-caged>.
Elaboração dos autores.

3 ANÁLISE DA DESOCUPAÇÃO

A evolução da taxa de desocupação nos últimos anos pode ser observada no gráfico 4. No segundo trimestre de 2024, a taxa de desocupação atingiu 6,9%, representando uma queda de 1,1 p.p. em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, de modo que obtém o menor patamar desde o quarto trimestre de 2014 (6,6%). Essa tendência de queda é confirmada tanto pela média móvel mensal quanto pelos dados dessazonalizados apresentados por Lameiras e Hecksher (2024).⁷

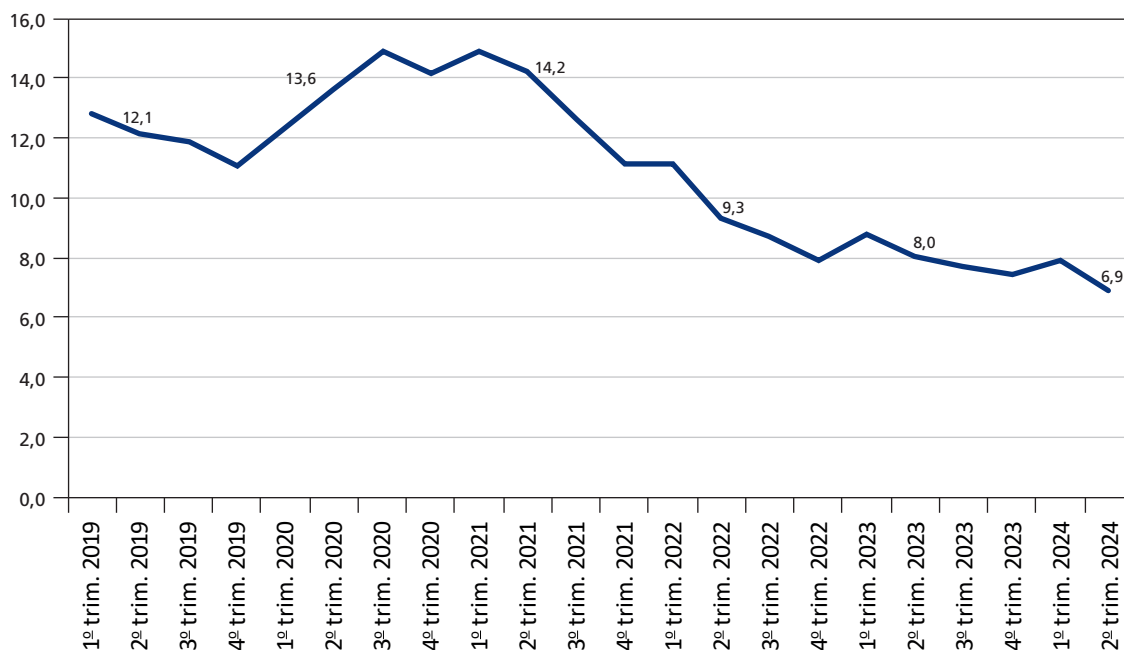
Como discutido na seção anterior, o crescimento da ocupação tem sido acompanhado por uma expansão semelhante, embora menos intensa, da força de trabalho. Esse movimento moderado limita uma redução ainda mais acentuada na taxa de desocupação. Por isso, o país ainda enfrenta o desafio de lidar com aproximadamente 7,5 milhões de pessoas em situação de desemprego involuntário – um contingente significativo à espera de oportunidades de ocupar um posto de trabalho.

7. Conforme Lameiras e Hecksher (2024), em junho de 2024, a taxa de desocupação caiu 1,2 p.p. na comparação com o mesmo período de 2023, recuando de 7,9% para 6,7%. Já na série livre de sazonalidade, a desocupação diminuiu de 6,9% em maio para 6,7% em junho, atingindo o menor patamar desde dezembro de 2013 (6,5%).

GRÁFICO 4

Taxa de desocupação da força de trabalho (1º trim. 2019-2º trim. 2024)

(Em %)



Fonte: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 1º set. 2024.

Elaboração dos autores.

Outras dimensões importantes do mercado de trabalho incluem os indicadores de subocupação da força de trabalho por insuficiência de horas⁸ e de pessoas em situação de desalento.⁹ O gráfico 5 ilustra a evolução recente desses indicadores.

Após iniciar uma trajetória de queda no segundo trimestre de 2021 até o primeiro trimestre de 2023, a taxa de subocupação tem se mantido relativamente estável – em torno de 5,2% nos últimos trimestres. No segundo trimestre de 2024, a taxa foi de 5,0%, o que corresponde, em termos absolutos, a aproximadamente 5,1 milhões de pessoas subocupadas.

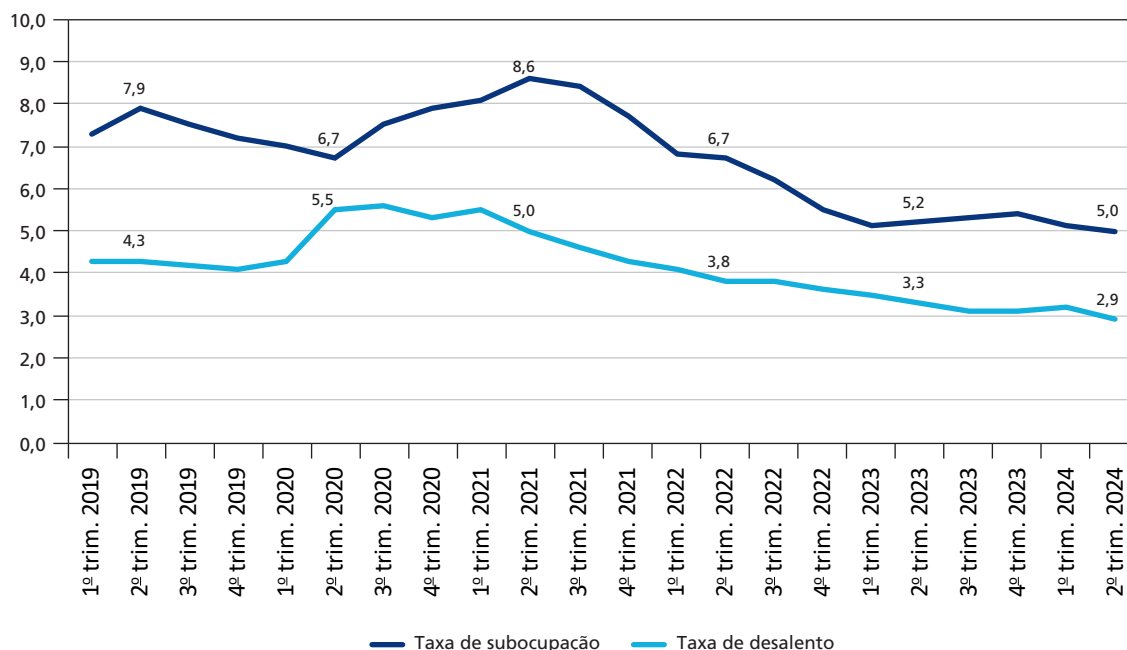
Já a taxa de desalento está em queda contínua desde o primeiro trimestre de 2021. No segundo trimestre de 2024, essa taxa atingiu 2,9%, o que demonstra uma redução de 0,4 p.p. em comparação ao mesmo período de 2023. Em números absolutos, isso representa cerca de 3,3 milhões de indivíduos fora da força de trabalho devido ao desalento.

8. Segundo o IBGE, o conceito de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas se refere à população que está trabalhando menos de quarenta horas semanais, mas que tem disponibilidade e gostaria de trabalhar mais.

9. Partindo dos critérios estabelecidos pelo IBGE, o indivíduo é considerado desalentado se está fora da força de trabalho e gostaria de trabalhar, mas não buscou emprego na semana de referência por uma das seguintes razões: i) não conseguia trabalho adequado; ii) não tinha experiência profissional ou qualificação; iii) era considerado muito jovem ou muito idoso; e iv) não havia trabalho na localidade.

GRÁFICO 5

Taxa de subocupação por insuficiência de horas e de desalento (1º trim. 2019-2º trim. 2024)
(Em %)



Fonte: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 1º set. 2024.

Elaboração dos autores.

Outro aspecto relevante à análise do mercado de trabalho é o tempo médio de espera para o reposicionamento dos indivíduos. Conforme o gráfico 6, no segundo trimestre de 2024, a maior parte da população desocupada (47,8%) permaneceu na condição de espera entre um mês e um ano. Por um lado, esse grupo é significativo e indica que quase metade dos desocupados não consegue recolocação rápida no mercado. Por outro lado, o grupo daqueles que conseguem reposicionamento rápido (em menos de um mês) viu sua participação relativa diminuir no último trimestre, alcançando 19,1%.

Os dados também revelam queda na participação dos desocupados de longo prazo, definidos como aqueles que permanecem desempregados por mais de um ano. No segundo trimestre de 2024, esse grupo representava 33,1% dos desocupados – uma diminuição de 1,5 p.p. em relação ao mesmo período de 2023. Nesse grupo, 10,7% estavam desocupados entre um e dois anos, enquanto 22,4% permaneciam fora do mercado por dois anos ou mais. A redução no desemprego de longo prazo sinaliza uma tendência positiva no mercado de trabalho. Vale dizer que não se pode afirmar que tal redução seja decorrente de maior absorção de trabalhadores que estavam há mais tempo afastados. Por exemplo, se houver aumento na probabilidade de trabalhadores desempregados há menos tempo ocuparem

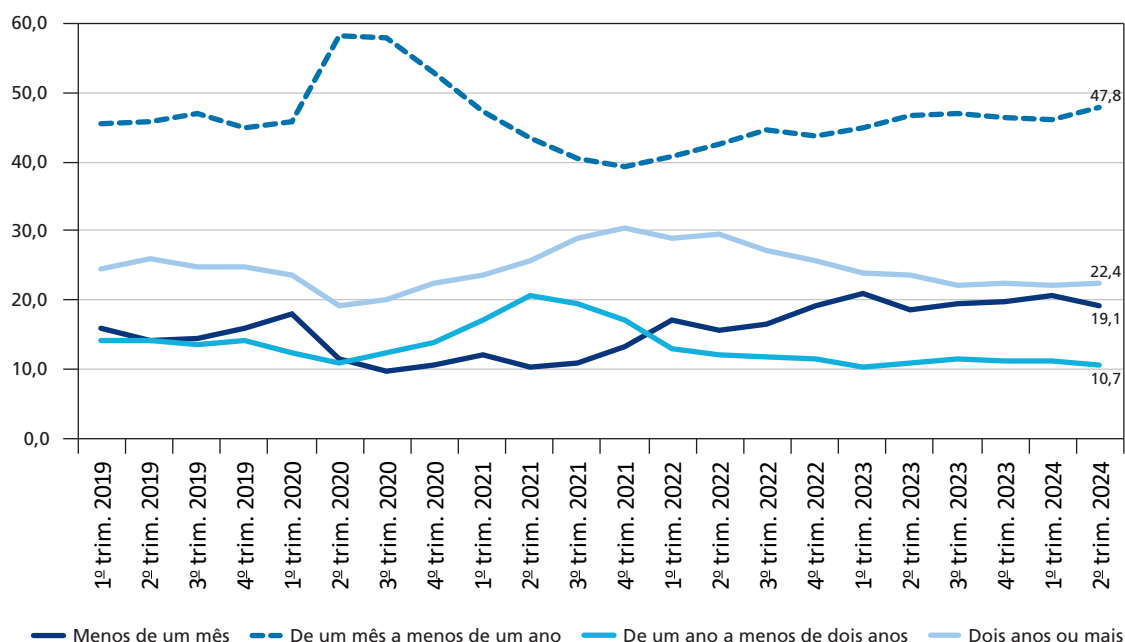
postos de trabalho, então menos desses trabalhadores permanecerão desempregados a ponto de se tornarem desempregados de longo prazo.¹⁰

Apesar da melhora observada na trajetória interanual desse indicador, não podemos ignorar que o percentual totaliza, em números absolutos, cerca de 2,5 milhões de indivíduos na condição de desemprego há mais de um ano no país. Isso indica um desafio significativo para a redução da desocupação, pois essa condição pode resultar na perda relativa de capital humano e na desatualização tecnológica em relação às exigências do mercado de trabalho. Consequentemente, quanto mais longo é o período de desocupação de um indivíduo, maiores são as dificuldades de reintegração.

GRÁFICO 6

Composição da desocupação por tempo de espera (1º trim. 2019-2º trim. 2024)

(Em %)



Fonte: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 1ª set. 2024.

Elaboração dos autores.

10. Outra alternativa seria o aumento da saída de desempregados de longo prazo para a inatividade. Consideramos essa alternativa menos provável devido à estabilidade da taxa de participação.

Adicionalmente, a tabela 2 apresenta uma síntese da desocupação no Brasil, desagregada por diferentes grupos populacionais e com dados dos trimestres mais recentes. Os números da PNAD Contínua reforçam as tendências positivas no mercado de trabalho, mostrando que, no segundo trimestre de 2024, praticamente todos os grupos analisados – com exceção da região Sul – registraram quedas nas taxas de desemprego em relação ao mesmo período de 2023.

Em termos regionais, à exceção da região Sul, onde a taxa de desemprego se manteve estável, e da região Centro-Oeste, que apresentou uma queda mais modesta de 0,3 p.p., todas as outras regiões tiveram reduções de desemprego superiores a 1 p.p. O destaque foi o Nordeste, que, apesar de ainda apresentar a maior taxa de desocupação (9,4%), registrou a maior queda no período, 1,9 p.p.

A análise por gênero revela que as quedas nas taxas de desemprego foram significativas para ambos os sexos. A redução foi ligeiramente maior entre os homens, cuja taxa caiu 1,3 p.p., passando de 6,9% para 5,9%. Para as mulheres, a queda foi de 1,0 p.p. (de 9,6% para 8,6%). Apesar das melhorias, a desigualdade de gênero persiste: a taxa de desocupação entre os homens é de aproximadamente dois terços da taxa entre as mulheres.

No aspecto racial, houve um movimento em direção à redução das desigualdades. A taxa de desemprego entre brancos e amarelos caiu 0,7 p.p. (de 6,2% para 5,5%), enquanto – para pretos, pardos e indígenas – a queda foi ainda mais expressiva, de 1,5 p.p. (de 9,5% para 8,0%). Embora a diferença tenha diminuído, a taxa de desocupação de brancos e amarelos ainda é um pouco mais que dois terços da observada entre pretos, pardos e indígenas, evidenciando a persistência da desigualdade racial no mercado de trabalho brasileiro.

Por faixa etária, o desemprego caiu de maneira mais significativa entre os jovens, com reduções superiores a 1 p.p. O grupo de 18 a 24 anos, que ainda enfrenta a maior taxa de desemprego entre as faixas etárias (14,3%), apresentou queda expressiva de 2,3 p.p. no segundo trimestre de 2024 em comparação ao mesmo trimestre de 2023.

Em termos de escolaridade, todos os grupos, exceto aqueles com ensino superior completo ou mais, apresentaram quedas substanciais no desemprego, com reduções iguais ou superiores a 1 p.p. O grupo com ensino médio incompleto, que registra a maior taxa de desemprego entre os recortes educacionais (11,5%), foi o que apresentou a maior queda, de 2,1 p.p.

Por fim, embora a taxa de desocupação tenha recuado tanto nas regiões não metropolitanas quanto entre os chefes de família, as quedas mais acentuadas ocorreram nas regiões metropolitanas e entre os não chefes de família – grupos que tradicionalmente possuem taxas de desemprego mais altas –, o que contribuiu para a redução das desigualdades dentro desses segmentos.

TABELA 2

Taxa de desocupação desagregada (1º trim. 2022-2º trim. 2024)

(Em %)

	2022				2023				2024	
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.
Brasil	11,1	9,3	8,7	7,9	8,8	8,0	7,7	7,4	7,9	6,9
Centro-Oeste	8,5	7,0	6,5	6,2	7,0	5,7	5,5	5,8	6,1	5,4
Nordeste	14,9	12,7	12,0	10,9	12,2	11,3	10,8	10,4	11,1	9,4
Norte	11,7	8,9	8,2	8,1	9,1	8,1	7,7	7,7	8,2	6,9
Sudeste	11,1	9,3	8,7	7,9	8,6	7,9	7,5	7,1	7,6	6,6
Sul	6,5	5,6	5,2	4,5	5,0	4,7	4,6	4,5	4,9	4,7
Masculino	9,1	7,5	6,9	6,5	7,2	6,9	6,4	6,0	6,5	5,6
Feminino	13,7	11,6	11,0	9,8	10,8	9,6	9,3	9,2	9,8	8,6
Brancos e amarelos	8,9	7,3	6,8	6,2	6,8	6,2	6,0	5,9	6,2	5,5
Pretos, pardos e indígenas	12,9	10,9	10,2	9,4	10,4	9,5	9,1	8,6	9,2	8,0
De 18 a 24 anos	22,8	19,3	18,0	16,4	18,0	16,6	16,0	15,3	16,8	14,3
De 25 a 39 anos	10,2	8,3	7,8	7,1	8,2	7,4	7,0	6,9	7,3	6,3
De 40 a 59 anos	7,1	6,0	5,6	5,3	5,6	5,3	5,1	4,9	5,2	4,6
Mais de 59 anos	4,3	4,0	3,7	3,4	3,9	3,4	3,2	3,5	3,2	3,1
Até ensino fundamental incompleto	10,8	8,9	8,7	8,3	8,5	7,8	7,6	7,7	7,6	6,7
Ensino fundamental completo	12,2	10,4	10,1	9,3	10,1	9,6	9,9	9,3	9,2	8,2
Ensino médio incompleto	18,3	15,3	15,3	13,9	15,2	13,6	13,5	13,0	13,9	11,5
Ensino médio completo	12,7	10,6	9,7	8,5	9,9	9,2	8,6	8,0	8,9	7,8
Ensino superior ou mais	7,1	5,9	5,3	4,9	5,6	4,9	4,6	4,5	5,2	4,4
Região metropolitana	13,1	11,1	10,4	9,6	10,2	9,8	9,3	8,7	9,2	8,4
Região não metropolitana	9,6	7,9	7,4	6,7	7,7	6,6	6,4	6,4	6,9	5,7
Chefe de família	8,2	6,9	6,7	6,0	6,7	6,2	6,1	5,9	6,3	5,4
Não chefe de família	13,5	11,2	10,3	9,5	10,5	9,5	9,1	8,7	9,3	8,2

Fonte: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 1º set. 2024.

Elaboração dos autores.

4 EMPREGO SETORIAL

Esta seção traz informações a respeito da taxa de crescimento interanual do emprego por setor de atividade econômica a partir dos dados extraídos tanto da PNAD Contínua quanto do Novo Caged. Como será possível notar, a melhora da ocupação no Brasil vem ocorrendo em praticamente todos os setores de atividade, ainda que em intensidades distintas.

A tabela 3 apresenta os números referentes à composição setorial da população nacional ocupada, segundo critérios de agregação da PNAD Contínua, para os segundos trimestres dos últimos três anos, o que permite verificar sua evolução recente.

TABELA 3
Composição da população ocupada por setor de atividade (2º trim. 2022-2024)

	Total da população ocupada por setor (1 mil pessoas)			Participação relativa de cada setor sobre o total (%)		
	2º trim. 2022	2º trim. 2023	2º trim. 2024	2º trim. 2022	2º trim. 2023	2º trim. 2024
Agropecuária	8.781,1	8.340,8	7.997,5	8,9	8,4	7,9
Indústria extrativa	515,4	528,1	553,4	0,5	0,5	0,5
Indústria de transformação	11.388,0	11.442,0	11.600,2	11,6	11,6	11,4
Serviços industriais de utilidade pública	751,0	732,6	717,0	0,8	0,7	0,7
Construção civil	7.486,9	7.141,8	7.493,7	7,6	7,2	7,4
Comércio	18.956,4	18.806,5	19.265,6	19,3	19,0	18,9
Informática, finanças, serviços a empresas	11.680,8	12.031,8	12.929,4	11,9	12,2	12,7
Transporte	5.115,5	5.336,6	5.737,7	5,2	5,4	5,6
Serviços pessoais	5.115,6	5.251,2	5.549,4	5,2	5,3	5,5
Administração pública	5.091,7	5.178,7	5.214,4	5,2	5,2	5,1
Saúde e educação	12.002,7	12.708,6	13.358,3	12,2	12,9	13,1
Alojamento e alimentação	5.440,7	5.497,7	5.515,9	5,5	5,6	5,4
Serviços domésticos	5.896,3	5.876,0	5.882,9	6,0	5,9	5,8
Total	98.222,0	98.872,2	101.815,3	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 1º set. 2024.
Elaboração dos autores.

Conforme os números demonstram, o setor de comércio segue com a maior participação percentual sobre o total das ocupações, a saber, 18,9%, com queda de 0,1% em relação à sua participação no ano anterior. Ou seja, algo próximo a um em cada cinco trabalhadores brasileiros está ocupado em atividades de comércio, o que indica a relevância desse setor para o agregado das ocupações no país. O setor da indústria de transformação, de grande relevância para a dinâmica econômica nacional, fechou o segundo trimestre de 2024 com pequena variação negativa de 0,2% em relação ao mesmo período do ano passado, alcançando 11,4%.

Já a construção civil e alguns segmentos do setor de serviços (serviços prestados a empresas; transporte; serviços pessoais; e saúde e educação) registram aumento na participação do emprego setorial no segundo trimestre de 2024. A magnitude desses aumentos é de 0,2 p.p., com exceção da registrada para os serviços prestados a empresas, cuja participação no emprego setorial aumenta em 0,5 p.p.

Em valores absolutos, o setor que mais adicionou trabalhadores à ocupação, no intervalo de doze meses, foi o de serviços prestados às empresas, com expansão de aproximadamente 898 mil indivíduos entre o segundo trimestre de 2023 e 2024. Em seguida veio o de saúde e educação, com aumento de aproximadamente 650 mil trabalhadores no período.

O setor da agropecuária, após ter 8,9% do total da ocupação no país em 2022, encerrou o segundo trimestre de 2024 com 7,9% e variação interanual negativa de 343 mil postos de trabalho. O setor de serviços industriais de utilidade pública (Siup) teve variação negativa de 15,6 mil postos de trabalho. Esses foram os únicos setores com queda na ocupação em termos absolutos.

A tabela 4 traz mais detalhamentos sobre as taxas de variação da população ocupada em cada um dos setores agregados. A evolução positiva do emprego predomina entre os diversos setores da economia: dos treze segmentos analisados, onze apresentaram melhora do emprego no segundo trimestre de 2024 em relação ao mesmo período do ano anterior (tabela 2). Os destaques ficaram por conta dos setores de transporte (7,5%), informática (7,5%) e serviços pessoais (5,7%), com as taxas de variação mais elevadas na comparação interanual. Entre esses doze setores, seis também apresentaram taxas interanuais positivas iguais ou maiores que as registradas no trimestre imediatamente anterior, indicando aumento no ritmo de crescimento da ocupação. Os destaques em termos de crescimento na taxa trimestral ficam por conta dos segmentos de informática (de 5,5% para 7,5%), comércio (de 0,5% para 2,4%) e construção civil (de 3,0% para 4,9%).

Os únicos setores que obtiveram taxas interanuais negativas no segundo trimestre de 2024 foram a agropecuária, que aumentou seu nível de queda (de -3,5% para -4,1%), e Siup, com variação negativa de 2,1 em comparação com variação positiva de 3,1 no trimestre anterior. Vale ressaltar que a agropecuária apresentou sua nona redução consecutiva na população ocupada.

TABELA 4

População ocupada por setores: variação interanual (1º trim. 2022-2º trim. 2024)

(Em %)

	2022				2023				2024	
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.
Agropecuária	2,5	-0,7	-3,6	-4,4	-5,2	-5	-3,8	-5,9	-3,5	-4,1
Indústria extrativa	9,8	18	13	16,3	8,4	2,5	13	6,9	13,3	4,8
Indústria de transformação	8,2	9,6	3,6	3,1	2,1	0,5	-1,5	0,6	2	1,4
Siup	6,5	15,6	4,8	-1,1	-2	-2,5	9	3,9	3,1	-2,1
Construção civil	12,7	11,2	2,7	-1,3	-0,8	-4,6	-2,4	1	3	4,9
Comércio	12,2	14,2	7,8	4	3	-0,8	-1,5	-0,3	0,5	2,4
Informática, financeira, serviços a empresas	4	5,1	6,9	4,4	6	3	5,2	5,4	5,5	7,5
Transporte	10,4	10	9,2	10	7,9	4,3	4,3	6,7	6	7,5
Serviços pessoais	19,5	18,7	24	9,8	4,3	2,7	-4,4	2,2	4,5	5,7
Administração pública	2,6	1,8	8,8	3,7	1,5	1,7	-3,6	-2,9	0,7	0,7
Saúde e educação	1,5	7,2	8,5	8,9	6,5	5,9	7,2	4,9	4,2	5,1
Alojamento e alimentação	32,5	23,1	8,5	3,5	1,8	1	3,9	3,3	1,7	0,3
Serviços domésticos	19,4	18,7	9,6	2,1	1,2	-0,3	-1,3	3,5	3,5	0,1

Fonte: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 1º set. 2024.

Elaboração dos autores.

Ao verificar a variação interanual da ocupação setorial de acordo com a posição na ocupação, descrita em sequência na tabela 5, mesmo entre os setores com aumento no ritmo de expansão do emprego, houve melhora geral na qualidade do emprego. Os dados apontam que o emprego com registro em carteira foi a modalidade com maior crescimento anual em relação ao mesmo trimestre de 2023 (crescimento de 4,0% de acordo com a PNAD Contínua). Os empregados assalariados com registro tiveram aumento em todos os setores, com exceção de agropecuária (-3,8%), serviços domésticos (-3,3%) e Siup (variação de -0,1%).

Entre os setores para os quais se registram crescimento do emprego formal, vale destacar que o emprego informal também cresce. Isso ocorre em construção civil, serviços prestados a empresa e serviços pessoais. Um setor que contrasta com esse padrão é o comércio, no qual essas formas de ocupação informal (assalariado sem carteira ou conta própria) não registram crescimento do emprego.

TABELA 5
População ocupada por setores e posição na ocupação: variação interanual (2º trim. 2024)
(Em %)

	PNAD Contínua		
	Assalariado (com carteira)	Assalariado (sem carteira)	Conta própria
Agropecuária	-3,8	2,6	-9,1
Indústria extrativa	4,1	9,4	4,6
Indústria de transformação	1,4	2,3	0,0
Siup	-0,1	-3,3	-6,5
Construção civil	10,8	6,6	2,5
Comércio	4,6	-0,4	0,1
Informática, finanças, serviços a empresas	8,6	4,2	7,0
Transporte	5,9	3,5	8,9
Serviços pessoais	6,4	6,5	5,3
Administração pública	1,1	-0,5	-
Saúde e educação	4,4	7,5	4,5
Alojamento e alimentação	2,3	0,3	-2,8
Serviços domésticos	-3,3	1,3	-
Total	4,0	2,7	1,3

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 1º set. 2024.

Por fim, a tabela 6 e o gráfico 7 trazem informações sobre o percentual de formalização da população ocupada no Brasil, por setor de atividade econômica, para os três últimos períodos de comparação interanual. Pode-se perceber que, no total, a taxa de formalização no mercado de trabalho foi de 48,3% no segundo trimestre, com elevação de 0,4 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Ainda assim, o indicador segue abaixo de 50%. Ou seja, mais da metade da população ocupada encontra-se sem registro formal de trabalho.

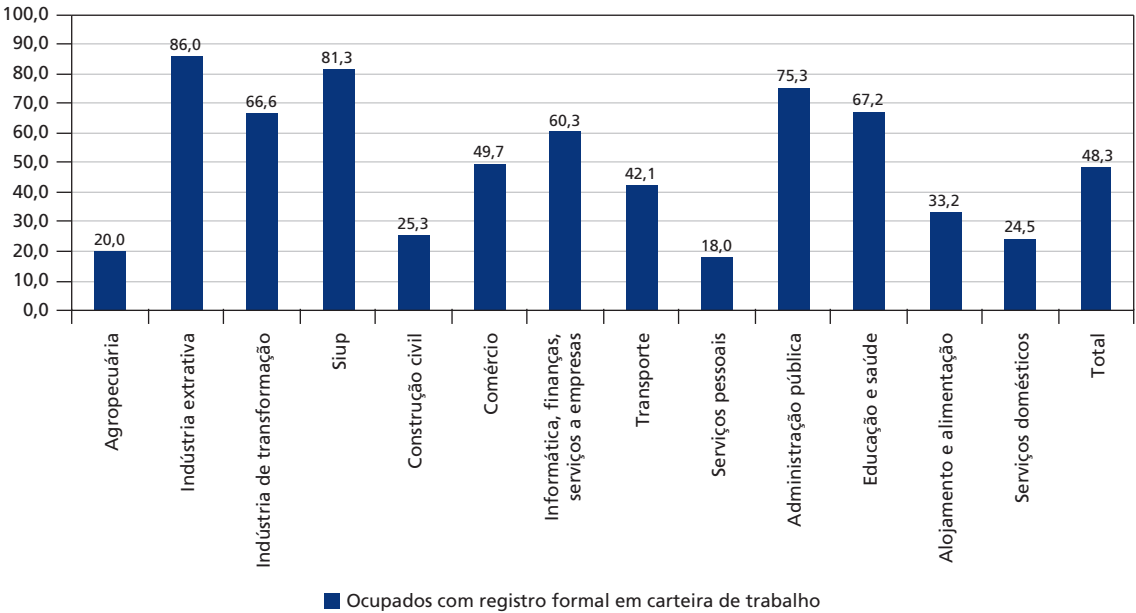
Entre os setores, aqueles com maiores índices de formalização da força de trabalho são os ligados à atividade industrial – indústria extrativa (86,0%), Siup (81,3%) e indústria de transformação (66,6%) – bem como à administração pública (75,3%) e à saúde e educação (67,2%), ambos com mais de dois terços da força de trabalho ocupada devidamente registrada. No outro extremo, os setores de serviços pessoais (18,0%), agropecuária (20,0%), construção civil (25,3%), serviços domésticos (24,5%) e alojamento e alimentação (33,2%) possuem os menores percentuais, todos com menos de um terço da força de trabalho formalizada.

TABELA 6
População ocupada formalizada por setor de atividade: participação relativa no total (2º trim. 2022-2024)
(Em %)

	2º trim. 2022	2º trim. 2023	2º trim. 2024
Agropecuária	18,1	19,9	20,0
Indústria extrativa	85,6	86,6	86,0
Indústria de transformação	65,2	66,6	66,6
Siup	80,2	79,7	81,3
Construção civil	22,8	23,9	25,3
Comércio	47,0	48,6	49,7
Informática, finanças, serviços a empresas	61,4	59,7	60,3
Transporte	43,0	42,8	42,1
Serviços pessoais	16,4	17,8	18,0
Administração pública	76,3	75,0	75,3
Saúde e educação	70,2	67,7	67,2
Alojamento e alimentação	31,3	32,6	33,2
Serviços domésticos	24,9	25,3	24,5
Total	47,2	47,9	48,3

Fonte: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 1º set. 2024.
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 7
Participação relativa da ocupação formalizada por setor de atividade (2º trim. 2024)
(Em %)



Fonte: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 1º set. 2024.
Elaboração dos autores.

Nesse sentido, a desagregação setorial do mercado de trabalho brasileiro, apresentada nesta seção, traz à tona dois canais que permitem explicar o crescimento mais elevado da ocupação formal em relação à população ocupada como um todo. O primeiro canal consiste em ter havido, a partir de uma análise intersetorial, crescimento menor ou mesmo queda da ocupação entre aqueles setores com maior percentual de informalidade – a exemplo de agropecuária, alojamento e alimentação, além de comércio (tabelas 3 e 4; e gráfico 8). O segundo canal diz que, sob análise intrasetorial, esses mesmos setores também tiveram movimentação superior da ocupação formal em sua composição, elevando, na comparação interanual, o nível de formalização da força de trabalho em cada um deles (tabelas 5 e 6).

Vale mencionar que o grau de formalização da ocupação é um indicador de grande relevância em função da conexão com a estrutura estatal de proteção social, especialmente os programas do sistema público de emprego e do sistema previdenciário, que compõem o modelo nacional de Estado de bem-estar social (Silva, 2020a).

Contudo, a estrutura laboral brasileira é bastante complexa e não se atém apenas em uma dicotomia entre formal e informal. Além de a previdência social possibilitar que trabalhadores por conta própria e assalariados sem carteira assinada sejam contribuintes individuais, há uma série de outras atividades com diferentes tipos de institucionalização que também precisam ser consideradas com vistas à garantia de oportunidades de trabalho decente à população. Nesse rol de alternativas, encontram-se as experiências de economia solidária, baseadas na organização associativa e autogestionária de trabalhadores, as quais visam à geração de renda e à consolidação de projetos de desenvolvimento local (Silva, 2020b). Porém, a falta de estatísticas mais precisas sobre essas dinâmicas laborais dificulta uma análise mais agregada de sua composição no território nacional, o que exige novos projetos específicos de pesquisa para contemplar essa lacuna.

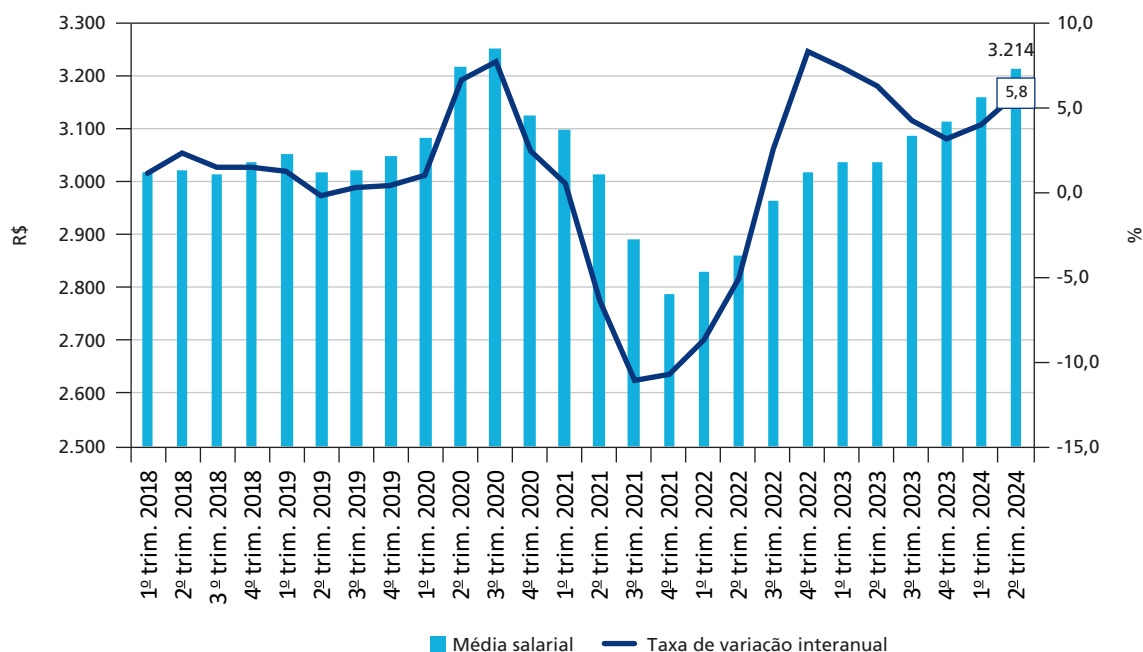
5 RENDA MÉDIA DO TRABALHO E MASSA DE RENDIMENTOS

O gráfico 8 apresenta as médias do rendimento mensal do trabalho no Brasil (em valores deflacionados para maio de 2024), que permitem compreender melhor a trajetória recente de recuperação. Os dados do segundo trimestre de 2024 revelam continuidade na trajetória de crescimento que já vinha sendo observada ao longo de 2022 e 2023. O crescimento interanual da renda média mensal foi de 5,8%, com aceleração em relação ao trimestre anterior, que havia alcançado incremento de 4,0%. Em termos monetários, a renda média foi de R\$ 3.214 no segundo trimestre de 2024, a qual é 1,8% maior que a observada no trimestre anterior.¹¹

11. Para estimativas mensais dessazonalizadas da renda habitual e efetiva reais, ver Carvalho (2024).

GRÁFICO 8

Rendimento mensal médio do trabalho: valores absolutos e variação interanual (1º trim. 2018-2º trim. 2024)



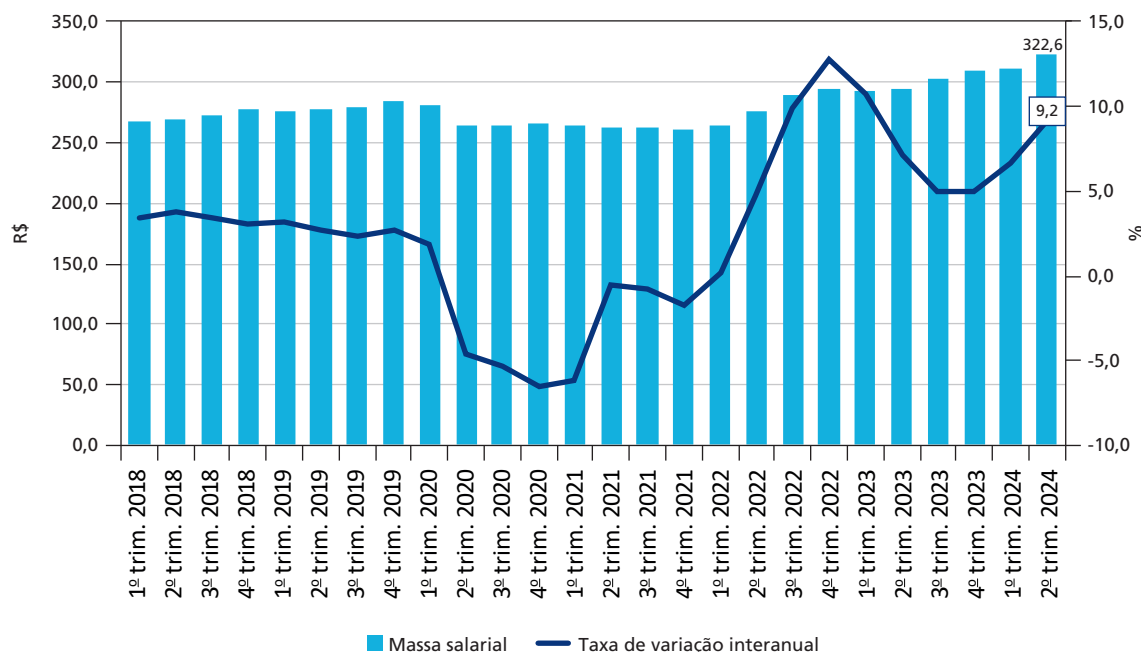
Fonte: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 1º set. 2024.
Elaboração dos autores.

No agregado da renda habitual dos trabalhadores brasileiros, os dados plotados no gráfico 9 indicam que a média mensal da massa de rendimentos (incluindo retornos salariais e ganhos declarados de empregadores) fechou em R\$ 322,6 bilhões no segundo trimestre de 2024. Na comparação interanual, o crescimento real foi significativo: 9,2%, ou, em termos absolutos, aproximadamente R\$ 27 bilhões a mais em circulação na economia em valores reais. Isso reforça a tendência de manutenção de uma trajetória de recuperação da renda nacional, com aceleração em relação ao trimestre anterior, cuja variação havia sido de 6,6%. Esse aumento no ritmo de crescimento interanual superior ao da média salarial pode ser atribuído ao maior crescimento da população ocupada, conforme visto anteriormente.¹²

12. Para análise da variação trimestral por faixa de rendimento, ver Carvalho (2024).

GRÁFICO 9

Massa de rendimentos real mensal e taxa de variação: valores absolutos e variação interanual (1º trim. 2018-2º trim. 2024)



Fonte: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 1º set. 2024.

Elaboração dos autores.

Para a conferência da renda por vínculo de ocupação, a tabela 7 mostra que o grupo dos empregadores segue com o rendimento médio mensal bem superior ao dos demais, com R\$ 8.357 (crescimento interanual de 3,4%, o menor entre os grupos observados) – mais que o dobro da média nacional. Porém, conforme mostrado anteriormente (tabela 1), esse grupo é o menos numeroso, representando menos de 5% do total dos ocupados no país. Entre os demais grupos, os assalariados formais (dos setores público e privado), que congregam quase 50% dos ocupados, também recebem acima da média nacional, com R\$ 3.528, embora tenham mostrado a segunda menor taxa de crescimento entre os grupos e desaceleração em relação ao trimestre anterior.¹³ O menor rendimento médio mensal segue por conta dos assalariados informais, com R\$ 1.978, que obtiveram taxa de crescimento interanual de 8,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. A renda dos trabalhadores por conta própria também teve crescimento interanual significativo, a saber, 7%, fechando o trimestre com a média mensal de R\$ 2.664.

13. Para verificar os valores e as taxas de crescimento sequenciais por trimestre, ver Carvalho (2024).

TABELA 7

Renda mensal média do trabalho por posição na ocupação: valores absolutos e taxa de variação interanual (2º trim. 2019-2º trim. 2024)

	Assalariados (com carteira)	Assalariados (sem carteira)	Conta própria	Empregador	Média total
Valores absolutos (R\$)					
2º trim. 2019	3.437,2	1.617,3	2.266,7	7.944,0	3.016,3
2º trim. 2020	3.581,2	1.746,0	2.386,8	8.476,9	3.216,9
2º trim. 2021	3.460,5	1.712,8	2.263,6	7.571,9	3.011,8
2º trim. 2022	3.225,2	1.709,1	2.314,4	6.855,2	2.858,8
2º trim. 2023	3.345,5	1.826,2	2.489,1	8.083,3	3.036,8
2º trim. 2024	3.528,2	1.978,0	2.664,0	8.356,4	3.213,6
Taxa de variação interanual (%)					
2º trim. 2019	-0,1	1,5	-1,5	3,8	-0,2
2º trim. 2020	4,2	8,0	5,3	6,7	6,7
2º trim. 2021	-3,4	-1,9	-5,2	-10,7	-6,4
2º trim. 2022	-6,8	-0,2	2,2	-9,5	-5,1
2º trim. 2023	3,7	6,9	7,5	17,9	6,2
2º trim. 2024	5,5	8,3	7,0	3,4	5,8

Fonte: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 1º set. 2024.

Elaboração dos autores.

A tabela 8 complementa a análise salarial desagregada por diferentes recortes regionais e populacionais.

Em termos regionais, o Centro-Oeste registrou o maior rendimento médio no segundo trimestre de 2024, com R\$ 3.641, seguido pelo Sudeste, com R\$ 3.627. O Nordeste manteve-se com a menor média, de R\$ 2.238. O Nordeste, porém, apresentou a maior taxa de crescimento interanual (8,5%), seguido pelo Sudeste (5,6%).

Entre as regiões metropolitanas, a renda média ficou em R\$ 3.865, contra R\$ 2.720 das não metropolitanas. Essa diferença observada para o segundo trimestre de 2024 foi inferior em comparação ao mesmo período anterior, dado que a taxa de variação foi menor nas áreas metropolitanas, com 4,4% contra 7,5% observados nas não metropolitanas.

No recorte por gênero, nota-se que, entre os homens, a média dos rendimentos ficou em R\$ 3.529, enquanto, entre as mulheres, o valor foi aproximadamente 30% menor, finalizando o período na marca de R\$ 2.790. A taxa de crescimento da renda dos homens nesse trimestre foi superior à das mulheres, com 6,2% contra 5,2%, o que indica aumento na desigualdade de gênero dos rendimentos em relação ao mesmo período do ano anterior.

A desigualdade de rendimentos também é verificada no recorte racial. A renda média mensal de trabalhadores brancos ficou em R\$ 4.163, enquanto, entre os pretos, pardos e indígenas, o valor foi de R\$ 2.460. Ou seja, a renda média desse último grupo refere-se a menos de dois terços do rendimento médio dos brancos. No tocante à variação interanual nesse último trimestre, houve vantagem para o grupo de trabalhadores brancos (7,3% e 5,1%, respectivamente), o que contribuiu para o aumento dessa desigualdade no período.

Na abertura por idade, verifica-se escalonamento das médias, que vai desde R\$ 1.765 para o grupo de 18 a 24 anos até R\$ 3.815 para o grupo a partir de 60 anos. Quanto ao crescimento interanual, o menor valor ficou por conta do grupo dos mais jovens (de 18 a 24 anos), que registrou 3,9%. Para os trabalhadores com mais de 59 anos, houve aumento de cerca de 8,8% no início de 2023, a maior taxa entre os grupos etários considerados.

Escalonamento semelhante também se nota no recorte por escolaridade, em que a menor média de renda foi para os trabalhadores com ensino fundamental incompleto, em R\$ 1.709, enquanto a média para aqueles com ensino superior ficou em R\$ 5.746. Esses grupos tiveram a menor e a maior taxa de crescimento, com 1,1% e 5,7%, respectivamente.

TABELA 8

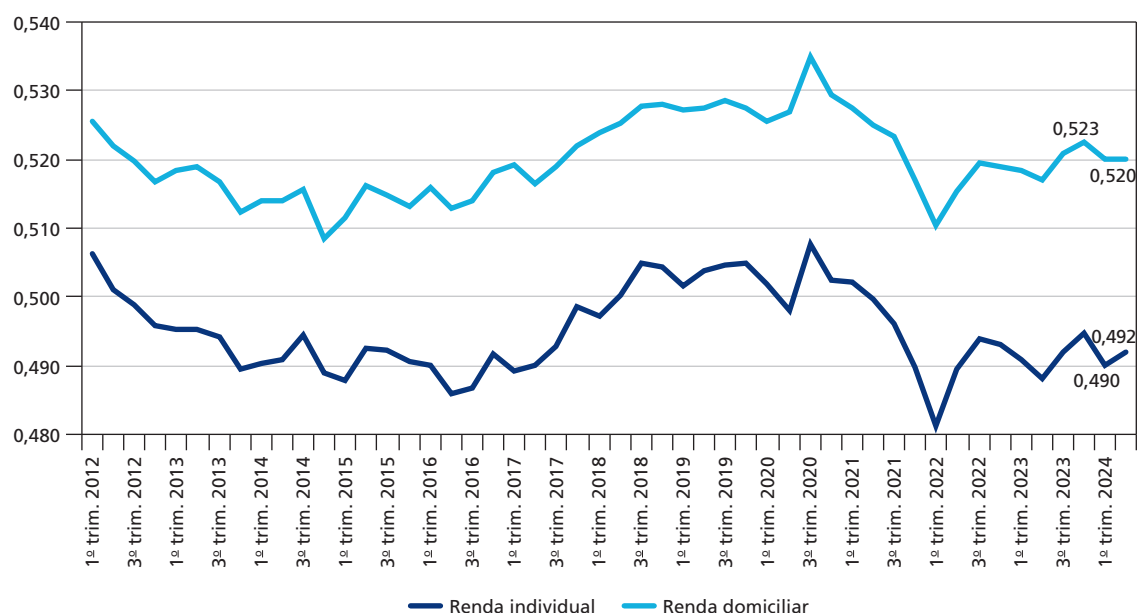
Renda real média desagregada: valor absoluto e taxa de variação interanual (2º trim. 2022-2024)

	Rendimento médio mensal (R\$)			Taxa de variação interanual (%)		
	2º trim. 2022	2º trim. 2023	2º trim. 2024	2º trim. 2022	2º trim. 2023	2º trim. 2024
Brasil	2.859	3.037	3.214	-5,1	6,2	5,8
Centro-Oeste	3.231	3.525	3.641	-2,8	9,1	3,3
Nordeste	1.919	2.063	2.238	-5,9	7,5	8,5
Norte	2.252	2.420	2.508	1,0	7,5	3,6
Sudeste	3.259	3.435	3.627	-5,9	5,4	5,6
Sul	3.138	3.292	3.528	-4,5	4,9	7,2
Masculino	3.144	3.323	3.529	-4,1	5,7	6,2
Feminino	2.471	2.652	2.790	-6,0	7,3	5,2
Branco e amarelos	3.680	3.880	4.163	-5,4	5,4	7,3
Pretos, pardos e indígenas	2.175	2.341	2.460	-3,3	7,6	5,1
18 a 24 anos	1.599	1.697	1.765	-3,8	6,2	3,9
25 a 39 anos	2.855	3.027	3.186	-0,9	6,0	5,2
40 a 59 anos	3.265	3.456	3.653	-6,1	5,8	5,7
Mais de 59 anos	3.357	3.507	3.815	-12,6	4,5	8,8
Ensino fundamental incompleto	1.573	1.690	1.709	0,0	7,5	1,1
Ensino fundamental completo	1.857	1.941	2.022	0,8	4,5	4,2
Ensino médio incompleto	1.683	1.784	1.849	-2,2	6,0	3,6
Ensino médio completo	2.182	2.258	2.364	-0,2	3,5	4,7
Ensino superior ou mais	5.174	5.437	5.746	-5,6	5,1	5,7
Região metropolitana	3.433	3.701	3.865	-6,4	7,8	4,4
Região não metropolitana	2.420	2.530	2.720	-3,2	4,6	7,5
Chefe de família	3.233	3.426	3.609	-8,4	6,0	5,3
Não chefe de família	2.537	2.696	2.853	0,0	6,3	5,8

Fonte: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 1º set. 2024.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 10
Índice de Gini da renda individual e domiciliar (1º trim. 2012-2º trim. 2024)



Fonte: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 1º set. 2024.

Por fim, em termos de desigualdade de rendimentos, a evolução do índice de Gini das rendas individuais e domiciliares do trabalho habitual, calculada com dados da PNAD Contínua, indica variações importantes nos últimos anos, desde o fim de 2014. Após o pico de desigualdade causado durante pandemia, houve nova tendência de queda, com relativa estabilização a partir do terceiro trimestre de 2022. Os dados mais recentes indicam que, para o segundo trimestre de 2024, o índice de Gini da renda domiciliar ficou em 0,520 e que o da renda individual aumentou ligeiramente de 0,490 para 0,492 na comparação com o trimestre anterior. Vale ressaltar ainda que ambos os índices podem ser considerados altos para os padrões internacionais, o que evidencia o cenário desigual na distribuição de renda do trabalho no Brasil (PNUD, 2019).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou os principais indicadores da conjuntura atual e a dinâmica recente do mercado de trabalho no Brasil, com base nos dados até o segundo trimestre de 2024, divulgados pelo IBGE e complementados pelos registros administrativos mensais de emprego do MTE.

Em resumo, a análise até o segundo trimestre de 2024 aponta uma trajetória bastante positiva no mercado de trabalho. A força de trabalho atingiu 109,4 milhões de pessoas, e a população ocupada chegou a 101,8 milhões – os maiores níveis desde o início da série histórica da PNAD Contínua em 2012. Esses números representam aumentos de 1,7% e 3,0%, respectivamente, em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O emprego formal também teve um crescimento expressivo, com um aumento de 4,0% em relação ao segundo trimestre de 2023, conforme dados da PNAD Contínua. O Novo Caged confirmou essa tendência, registrando a criação de 1,7 milhão de novas vagas com carteira assinada, o que demonstra um crescimento de 3,8% no mesmo período.

A taxa de desocupação caiu para 6,9%, o menor valor desde o quarto trimestre de 2014 (6,6%). As quedas foram significativas em diversas categorias, e, com exceção do recorte por gênero, as reduções no desemprego ocorreram de forma a diminuir as desigualdades dentro de cada recorte. A taxa de desemprego de longo prazo também diminuiu (-1,5 p.p.), e houve uma modesta, porém importante, redução no desalento (-0,4 p.p.).

Em termos setoriais, onze dos treze setores registraram expansão do emprego em comparação ao segundo trimestre de 2023. Os destaques foram os setores de transporte (7,5%), informática (7,5%) e serviços pessoais (5,7%). O crescimento do emprego formal foi observado em quase todos os setores, exceto em agropecuária (-3,8%), serviços domésticos (-3,3%) e Siup (-0,1%).

Outro resultado favorável foi observado na renda média do trabalho, que apresentou crescimento no segundo trimestre de 2024 em comparação ao mesmo período do ano anterior, com um aumento real de 5,8%, encerrando a série em R\$ 3.214. Todas as regiões e todos os segmentos populacionais analisados compartilharam essa elevação, embora com variações significativas entre os diferentes setores e grupos. A massa salarial real também teve um crescimento expressivo de 9,2% em termos interanuais, atingindo R\$ 322,6 bilhões, um acréscimo de R\$ 27 bilhões em relação ao primeiro trimestre de 2023.

Apesar desses avanços, alguns desafios persistem. A estabilidade da taxa de subocupação e da taxa de participação nos últimos trimestres são fontes de preocupação. Torna-se crucial compreender por que o número de inativos permanece elevado, totalizando 66,7 milhões de pessoas fora da força de trabalho. Entre elas, 3,2 milhões desistiram de procurar emprego devido ao desalento – um grupo que deveria ser prioritário na reintegração ao mercado de trabalho. É necessário investigar mais a fundo os motivos por trás desse desalento e investir em políticas eficazes para atrair essa parcela da população para oportunidades produtivas.

Outro ponto de preocupação é o setor de agropecuária, que apresentou sua nona redução consecutiva na população ocupada. Além disso, problemas estruturais continuam a afetar o mercado de trabalho, com muitos trabalhadores ainda presos a empregos informais, sem acesso a proteções sociais e trabalhistas. As desigualdades regionais, de gênero, raça, idade e escolaridade, tanto em termos de oportunidades de inclusão produtiva quanto de rendimento médio mensal no trabalho, também permanecem como desafios críticos.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, S. S. de. Retrato dos rendimentos do trabalho – resultados da PNAD Contínua do segundo trimestre de 2024. **Carta de Conjuntura**, n. 64, nota 12, jul.-set. 2024. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2024/09/240906_cc_64_nota_12_rendimentos.pdf.

FOGUEL, M. N.; FERNANDES, L. V.; PADILHA, G. C. R. Evolução recente da taxa de participação brasileira. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 78, out. 2024.

LAMEIRAS, M. A. P.; FERNANDES, L. V.; PADILHA, G. C. R. Desempenho recente do mercado de trabalho. **Carta de Conjuntura**, n. 64, nota 23, abr.-jun. 2024.

LAMEIRAS, M. A. P.; HECKSHER, M. Indicadores mensais do mercado de trabalho – junho de 2024. **Carta de Conjuntura**, n. 64, nota 8, jul.-set. 2024. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2024/08/240815_cc_64_nota_8.pdf.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do desenvolvimento humano 2019**: além do rendimento, além das médias, além do presente – desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Nova York: Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, 2019. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/publications/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2019>.

SILVA, S. P. **A inclusão produtiva como eixo de política de proteção social**: contexto latino-americano e questões para a realidade brasileira. Brasília: Ipea, out. 2020a. (Texto para Discussão, n. 2605). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10293/1/td_2605.pdf.

SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020b. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10363>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, S. S. de *et al.* Análise das transições no mercado de trabalho brasileiro no período da covid-19. **Carta de Conjuntura**, n. 49, nota 12, out.-dez. 2020. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2020/11/analise-das-transicoes-no-mercado-de-trabalho-brasileiro-no-periodo-da-covid-19/>.

CORSEUIL, C. H.; RUSSO, F. A redução no número de entrevistas na PNAD Contínua durante a pandemia e sua influência para a evolução do emprego formal. **Carta de Conjuntura**, n. 50, nota 22, jan.-mar. 2021. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/03/a-reducao-no-numero-de-entrevistas-na-pnad-continua-durante-a-pandemia-e-sua-influencia-para-a-evolucao-do-emprego-formal/>.

COSTA, J. *et al.* Análise da incidência do auxílio emergencial e do benefício emergencial ao longo da distribuição de renda com base nos dados da PNAD covid-19. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 74, p. 81-96, out. 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11582/1/BMT%2074_BOOK.pdf.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 27, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10273>.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 28, 2021. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37679&Itemid=9.

SILVA, S. P.; CORSEUIL, C. H.; COSTA, J. S. (Org.). **Impactos da pandemia de covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil**. Brasília: Ipea, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11561>.

